

# Negociação da dívida recomeça segunda-feira

GLÓBO

21 MAI 1988

*Extra*

BRASÍLIA — Os negociadores da dívida externa brasileira, Sérgio Amaral e Antônio de Pádua Seixas, devem retomar as reuniões com o comitê assessor dos bancos nesta segunda-feira, em Nova York, levando um leque de alternativas para a discussão sobre a vinculação entre o acordo com os credores privados e o programa de ajuste em negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A principal proposta brasileira, segundo fontes do Governo, envolve todas as instituições oficiais de financiamento que contribuem com recursos para o balanço de pagamentos do País. Somente se forem interrompidos os fluxos de financiamentos de todas as fontes oficiais — e não somente do Fundo Monetário Internacional — seria admitida também a suspensão dos desembolsos dos empréstimos dos credores priva-

dos ao Brasil.

O fundamento dessa proposta é o reconhecimento pelo Governo brasileiro de que não se pode exigir que os credores privados sejam os únicos a sustentar um fluxo de recursos ao País, se todas as demais fontes de empréstimos cortarem o crédito ao Governo brasileiro. Mesmo porque, acrescentaram as fontes, o equilíbrio da balança de pagamentos do País, montado para o período citado no acordo com os bancos, pressupõe a participação dos créditos das instituições oficiais.

Na prática, a alternativa encontrada pelo Governo brasileiro significa um atrelamento indireto do acordo com os bancos com o do FMI, a partir de uma reação em cadeia deflagrada pelo eventual descumprimento das metas trimestrais a serem fixadas no programa econômico com o Fundo. Nesse caso, as demais instituições oficiais também começariam

a interromper gradativamente seus recursos, a começar pelo Banco Mundial (Bird), a mais importante delas, até chegar às agências governamentais vinculadas ao Clube de Paris. Estaria caracterizado, assim, um virtual colapso dos créditos oficiais ao País, justificando a suspensão dos empréstimos também dos credores privados.

A vantagem dessa proposta, que deverá ser levada à mesa de discussões com o comitê credor dos bancos, é a descaracterização da automaticidade da suspensão dos empréstimos dos bancos em relação aos financiamentos do Fundo Monetário. O que não evita, entretanto, a necessidade de que o Governo brasileiro tenha acertado previamente o programa de ajustamento com o FMI para concluir e assinar o contrato de reescalonamento da dívida externa com os credores privados.